

# PROGRAMA DE GOVERNO



**MÁRLON REIS**



**REDE**  
SUSTENTABILIDADE

**18**

# ÍNDICE

<b>Preparar o Tocantins para o novo tempo .....</b>	<b>2</b>
<b>Os 3 eixos e a sua articulação: o motor do desenvolvimento da Sociedade .....</b>	<b>7</b>
<b>Diretrizes .....</b>	<b>9</b>
Tocantinenses e nossa Terra .....	9
Estado articulador, transparente, justo e seguro .....	10
Economia .....	13
<b>As 18 Ações do Programa MÁRLON REIS .....</b>	<b>16</b>
EIXO 1 - Desenvolvimento Humano .....	16
EIXO 2 - Estado articulador, transparente, justo e seguro .....	21
EIXO 3 - Desenvolvimento Econômico .....	27

# Preparar o Tocantins para o novo tempo

É insistir no já conhecido afirmar que o Tocantins vive um delicado momento político, econômico e social. Embora inserido em crises mais abrangentes que afetam o Brasil e mesmo o cenário internacional, esse instante é também de crescimento civilizatório, comparável a fase da adolescência. A sociedade tocantinense e brasileira, chegadas a um momento de verdade, são cobradas a encarar e resolver de forma mais abrangente e definitiva problemas estruturais que afetam seu desenvolvimento e desanimam cidadãos e cidadãs.

O Programa Márlon Reis apresentado aqui tem por missão histórica fazer renascer a esperança em um tempo tão difícil. Mas não é um programa de discursos e promessas fáceis, bajuladores do eleitor: ele o desafia enquanto agente da sociedade a compreender de maneira mais abrangente a doença civilizatória que o aflige, mas também oferecer-lhe novas visões e caminhos de solução.

À parte das ondas de conflitos políticos e mesmo pessoais que atordoam e tiram a paz do cidadão, como podemos entender os fundamentos do nosso mal-estar?

Na verdade, o Tocantins chegou a um momento em que não pode mais “empurrar com a barriga” seus problemas crônicos, são:

Fragmentação da sociedade e do seu território, refletindo-se em vergonhosas disparidades sociais e territoriais;

Fragmentação das políticas e dos planos governamentais, prejudicando a efetividade dos esforços e recursos alocados, pagos pelo contribuinte;

Fragmentação das ações público e privadas, sempre aquém das enormes potencialidades e necessidades do nosso território;

Pouca inovação na produção e nas políticas, acompanhando com décadas de atraso os avanços já disseminados no âmbito global;

Desvalorização do seu capital humano, pela precarização das ações educacionais, de serviços públicos em geral, diminuindo seu enorme potencial;

Forte dependência do Estado no financiamento e execução das demandas da sociedade, exaurindo sua capacidade de execução e trazendo riscos à moralidade pública em função da forte concentração das riquezas da sociedade em suas mãos;

Inserção passiva e tímida das economias no mercado internacional, implicando em pouca agregação de valor de seus produtos, apesar do grande peso do País na economia global.

A solução desses problemas não é imediata, mas é possível. Ela passa por estratégias e medidas que permitirão retomar o espírito de ousadia e otimismo que já tivemos no passado, com:

Projetos de dimensão adequada ao tamanho do território e de sua população;

Projetos estruturantes que produzam sinergias e eficiência sistêmica nas iniciativas dos diversos agentes públicos e privados;

Projetos que agregam valor à nossa produção, e busquem a industrialização a partir dos nossos enormes potenciais produtivos;

Projetos que insiram nossa economia de forma vantajosa em cadeias globais de valor;

Projetos que resgatem a população da pobreza e da falta de capacitação e façam aflorar mais plenamente seu potencial;

Projetos que incitem à inovação e o acompanhamento do nosso Estado e País, dos acelerados processos de transformação tecnológica e da organização produtiva; enfim, também,

Projetos que assegurem a perenidade dos generosos recursos da nossa natureza, que a falta de cuidado vem provocando a redução de sua disponibilidade e riscos decorrentes à produção.

No caso particular do nosso Estado, o Tocantins, já estamos cansados de propagar seus enormes potenciais. Todavia, esses potenciais têm impedido seu desabrochar, em função de:

- Projetos desarticulados, de efeito diminuto;
- Uma infraestrutura e uma rede urbana incompleta;
- Falta de investimento na qualificação das pessoas e na inovação;
- A economia centrada em poucos negócios e culturas e no serviço público;
- O baixo valor agregado da produção e a dificuldade de atrair volumes mais fortes de investimento;
- A permanência de bolsões de pobreza;
- A instabilidade institucional em função de escândalos de corrupção.

Tudo isso vem produzindo ano após ano uma estagnação e o desânimo na gente tocantinense.

É uma situação que tem remédio. O que precisamos e o que se espera de um debate eleitoral é que os seguintes pontos devam ser colocados em discussão:

Que futuro queremos? Qual o plano estratégico que desenvolverá, de forma coerente e sustentável, a economia e a sociedade e seu território?

Que programas de investimentos estratégicos devem ser contidos, e como eles devem integrar as ações dos diversos setores?

Como inserir nesse plano e nos investimentos as iniciativas advindas da sociedade?

Como articular entre si essas iniciativas, e elas com as iniciativas do governo?

Que política de industrialização buscar a partir dos nossos potenciais, e como integrar unidades produtivas em agrupamentos consistentes e inovadores?

Como desenvolver nossas cidades para que possam atender as demandas de seus habitantes e servir como atrativos de capital humano e intelectual, tão indispensáveis ao desenvolvimento do Estado?

Como integrar plenamente todos os estratos da nossa sociedade na economia moderna e nos processos de inovação?

Como assegurar que os recursos naturais, com especial referência aos recursos hídricos, energéticos, de solo e biodiversidade, não sejam delapidados ao ponto de se comprometer nosso futuro, o futuro da gente e de sua economia?

Como assegurar que a ação e os recursos públicos não sejam objeto de desvio, mas, sim, sejam utilizados com plena transparência e efetividade?

O Programa de Governo de Márlon Reis para o mandato suplementar, ocorrido em função do cenário atual é um programa para um período curto.

Nesse momento, o eleitor exige, antes de mais nada, honestidade do candidato. Também é necessário pensar em medidas que permitam a continuidade dos programas e ações básicas do Governo e que não perpetue a instabilidade política, jurídica e institucional já presente no Tocantins.

Em contrapartida, esse breve mandato abre-se como uma excelente oportunidade para refletirmos e prepararmos o Estado e nossa gente para uma nova fase, de retomada do desenvolvimento e de superação da crise.

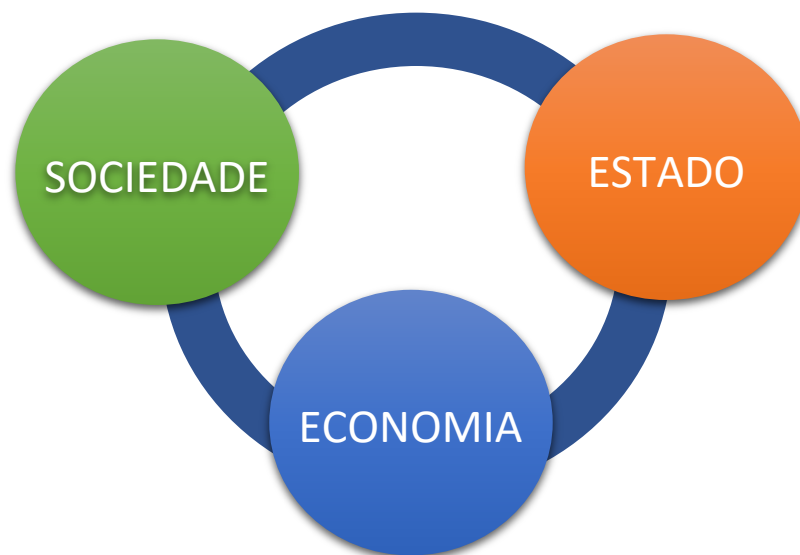
Nesse espaço e oportunidade, muito há de se fazer e muito terá de ser efetivamente feito. Entretanto, uma nova lógica, novos paradigmas, precisam frutificar essa preparação, o advento dos novos dias.

O Programa de Governo de Márlon Reis representa a resposta do candidato aos desafios colocados com base de princípios e diretrizes coerentes com os problemas a resolver e com as soluções necessárias. Resposta essa embasada em visões inovadoras como a sociedade deve crescer, o Estado se regenerar e a economia se dinamizar.

## Os 3 eixos e sua articulação: o motor do desenvolvimento da sociedade

O Programa de Governo de Márlon Reis destaca-se por uma estrita coesão interna, pela visão integradora da realidade social, que se desdobra em um conjunto articulado de diretrizes e ações. Essas ações são desenhadas para serem executáveis em um prazo de mandato suplementar: ao mesmo tempo que respeitam os limites de um mandato dessa natureza, com o orçamento já detalhadamente definido e de seu reduzido prazo, elas visam abrir a cortina para um novo futuro. É um programa de preparação da sociedade para um novo tempo.

A partir da visão integradora, a sociedade, o Estado como sua organização central; e a economia como processo de atendimento de necessidades, são considerados como os componentes básicos, os blocos construtivos que formam o tripé da política contida no presente programa. Como num tripé, a falta de uma das pernas o faz tombar.



Unir pontas de eixos de ação que se encontram fragmentadas e dispersas em um espaço igualmente desorganizado é a lógica central do presente Programa de Governo.

A desarticulação das iniciativas dos agentes da sociedade pode ser considerada o principal freio ao desenvolvimento econômico e ao atendimento das necessidades coletivas, sendo principal fonte de



ineficiência de sua ação. Essa ineficiência é refletida na ausência de dinamismo da economia, no desatendimento das necessidades coletivas, assim como nos riscos existenciais, econômico-financeiros e mesmo nos riscos de segurança jurídica e pública.

É nesse momento que uma nova visão da sociedade, da economia e do Estado bate na porta para entrar. Uma nova lógica de desenvolvimento, um novo motor, passam a orientar a estruturação do Programa, suas diretrizes e ações.

Como representado na figura abaixo, é a articulação das ações dos agentes, promovida por um planejamento integrado do território e das ações econômicas, aliada às ações de renovação do organismo estatal, que produzirá as sinergias necessárias para retomar o crescimento em condições ampliadas, estáveis e seguras, abrindo ao povo tocantinense novas perspectivas de futuro.



## Tocantinenses e nossa Terra

Gente e sua terra são os blocos construtivos para a construção de um processo de desenvolvimento que faça a cidadã e o cidadão olharem positivamente o futuro de sua vida. Esse eixo é, assim, colocado no início de todo o programa, evidenciando a natureza eminentemente humanista da proposta.

Esse pilar programático estrutura-se nas seguintes diretrizes de ação:

- Estabelecimento e provisão de metas educacionais, de saúde, esporte, cultura e lazer, a serem atingidas por meio de parcerias entre setor público e privado:

*Todos os esforços e gastos desses serviços básicos têm de ser orientados para fins definidos, que é o desenvolvimento humano, a ser medido por metas a serem alcançadas. Esses esforços, por sua vez, não se limitam à ação do Estado. Tratando-se de interesse da coletividade, as diversas organizações são conclamadas a contribuir para o alcance das metas, em estreita cooperação com o Estado.*

Apoio a programas educacionais promotores do empreendedorismo, com estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas:

*A educação tem de priorizar o pleno desenvolvimento das capacidades do tocantinense com vistas a que sua contribuição, criativa e inovadora, possa agregar valor à sociedade. Para esse mister, há de se instituir um ensino onde a cidadã e cidadão em idade de formação fomentem atitudes e habilidades, assim como curiosidade e discernimento para buscar os conhecimentos necessários para a concepção e implementação de seu projeto de vida.*

- Apoio à vida familiar, com foco nas famílias de baixa renda e em situação de risco:

*A família tem de ser considerada como unidade produtora de produtores com plena capacidade de agregar valor à sociedade por meio de projetos de vida que desenvolvam seu potencial. Os serviços públicos relacionados ao desenvolvimento humano, mas com foco ao combate à pobreza e a retirada da juventude da miséria moral e de risco legal serão considerados como máxima prioridade do governo.*

- Atualização e complementação do zoneamento ambiental

*O planejamento de áreas destinadas a diferentes culturas assim como as reservadas para assegurar a perenidade dos recursos naturais para a produção e a resiliência a riscos ambientais deverá ser completado e reformado com a participação das organizações da sociedade.*

- Prover segurança dos recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas

*Um foco principal da gestão ambiental é garantir que os recursos naturais necessários para a produção e a qualidade de vida. Além disso, há de se reduzirem a probabilidade de desastres naturais e a contenção dos efeitos quando eles ocorrerem. As respectivas ações devem ser definidas e gerenciadas em cooperação com os organismos da sociedade.*

- Apoiar a oferta de serviços ambientais por empresas e organizações não governamentais

*A proteção ambiental não consiste apenas de restrições e controle. Na verdade, diversos serviços correlatos não apenas para proteger, mas também para explorar a natureza, constituem oportunidades para o empreendedorismo ambiental. O governo deve abrir espaços para agentes que queiram cooperar e agregar valor à gestão ambiental.*

## **Estado articulador, transparente, justo e seguro**

Eventos recentes vêm minando a confiança da cidadã e do cidadão no principal organismo regulador da sociedade, que é o Estado. Crises da moralidade pública, ineficiência do Estado em atender as necessidades da coletividade, a redução dos espaços financeiros para investimentos,

todos esses elementos turvam a visão, as perspectivas do que lutam para melhorar as vidas suas e dos outros membros da sociedade.

A superação desses buracos e barreiras exige uma renovação radical da estrutura do Estado, de sua forma de intervir e de dialogar com a sociedade e de construir, com sua participação, o futuro da sociedade. A construção de um novo Estado é a exigência do momento: a de construir um Estado que mobilize a sociedade ao invés de substituí-la, um Estado que dê segurança jurídica e pública, e que consiga sintetizar as vontades em planos estratégicos efetivos.

Nesse pilar programático, seguintes diretrizes estão estabelecidas:

- Incentivo e consideração de propostas vindas da sociedade na solução e no atendimento das necessidades coletivas;

*O Estado passa a assumir um papel de incentivador e articulador de propostas da sociedade para a solução dos problemas identificados, tendo sua ação direta um papel complementar enquanto as organizações da sociedade não estiverem suficientemente fortalecidas organizacional e financeiramente para darem conta da totalidade das necessidades coletivas.*

- Provisão e apoio a ações de segurança comunitária;

*A experiência internacional demonstra que a segurança pública efetiva requer uma cooperação estreita entre a população e as forças policiais. Estratégias de segurança comunitária, já regulamentada no Brasil, asseguram essa cooperação. Outro aspecto essencial é o treinamento das forças policiais, tanto no aspecto da relação com a comunidade quanto na adoção de sistemas de inteligência.*

- Sistema de controle financeiro transparente e aberto à sociedade;

*Transparência nas contas governamentais e combate efetivo e preventivo da corrupção são as aspirações principais de uma comunidade já combalida pela imoralidade pública e pelos escândalos decorrentes, que desestruturam não apenas o Estado, como também a economia e a vida social. Cabendo a repressão de malfeitos aos órgãos de controle e ao Judiciário, o Executivo há de estreitar*

*laços de cooperação com esses poderes, além de adotar um sistema de inteligência e transparente que desencoraje desvios pela maior probabilidade de sua detecção. A estratégia de “Governança Aberta” (Open Governance) constitui um dos pontos principais do programa.*

- Adoção de um Planejamento territorial estadual e microrregional;

*O pleno desenvolvimento dos potenciais de desenvolvimento e do território onde esse ocorrerá, exige uma coordenação planejada das ações e dos investimentos tanto do setor público quanto privado. Nesse planejamento, as articulações espaciais dos projetos e dos polos de desenvolvimento assegura a maior eficiência espacial. Esse planejamento haverá de se constituir em um momento principal da cooperação entre o Governo e as organizações da sociedade.*

- Adoção de Programa multisetorial integrado de investimentos estratégicos fiscalmente sustentáveis;

*Os investimentos públicos continuam sendo uma mola mestra para o crescimento econômico. Contudo, eles precisam ser selecionados com base em pautas de prioridades definidas no planejamento territorial. Dado o relativo esgotamento do espaço fiscal, é essencial que sua realização se dê de forma a garantir o máximo retorno à sociedade, em termos de crescimento, geração de renda e, todavia também, de um aumento da arrecadação que cubra os dispêndios que o Estado, em nome do contribuinte, realizou com os projetos. Tanto sua escolha, quanto sua realização e o monitoramento dos resultados econômicos haverá de ser executados em estreita cooperação com as organizações da sociedade.*

- Ação ativa de atração de investimento privado

*O investimento econômico do setor privado é a alavanca principal do crescimento e da geração de renda. Além disso, é fonte de inovação permanente, sendo nesse quesito mais potente do que iniciativas desenvolvidas nos melhores escritórios de projetos da Administração Pública. O apoio governamental a esse não se dá apenas pelos investimentos públicos, pelas facilitações regulatórias e pelos já*

*clássicos incentivos fiscais (incentivos esses que nem sempre rendem resultados que compensem valores da renúncia fiscal): é igualmente essencial que o governo apoie a elaboração de projetos, consistentes e atrativos, que tenham capacidade de chamar atenção daqueles que detém recursos financeiros. Os projetos de investimento é que tirarão os potenciais do plano das promessas, fazendo a roda do crescimento girar.*

## Economia

A apresentação do desenvolvimento econômico como terceiro pilar não representa uma subordinação desse aspecto na vida da sociedade e na ação do Estado. Na verdade, os três pilares, Desenvolvimento Humano, Estado e Economia são leituras indissociáveis da mesma realidade, que é a sociedade e o rumo de seu futuro.

Tanto é que, por meio da nova construção e do novo papel do Estado, articulador e menos interventor, o fortalecimento da economia e o empoderamento da cidadã e do cidadão são colocados em marcha. Em estreita cooperação com os agentes da economia e da sociedade, os potenciais e as estruturas espaciais receberão um novo arranjo e ritmo.

A estratégia de base subjacente ao Programa de Governo é “unir as pontas”, articular iniciativas dos diversos agentes, que hoje se encontram dispersas e por isso fragmentadas e incompletas. Essa união da pontas exige uma renovação do processo de planejamento, mas que seja efetivo, saia do papel e represente a síntese da vontade da população.

No campo mais especificamente econômico, seguintes diretrizes estão estabelecidas no Programa:

- Política de industrialização a partir de agrupamentos produtivos baseados nos potenciais locais

*A industrialização não tem por efeito apenas de agregar valor e gerar renda: ela produz transformações profundas no ritmo e na ética do trabalho e introduz critérios de racionalidade mais rigorosos a vida produtiva. Por outro lado, é imperioso que uma política de industrialização não surja de escolhas voluntaristas de projetos industriais, via de regra ineficientes e devoradoras de recursos públicos, mas sim parta do tecido produtivo existente e das possibilidades de agregação de valor nele dormentes. Uma economia baseada na agroindústria moderna abre um leque de opções a serem consideradas na política.*

- Apoio à agricultura familiar, à respectiva agregação de valor e comercialização

*O apoio à agricultura familiar não pode ser considerado como uma mera “política social”, de geração de renda: esse setor é, na verdade, essencial e o mais produtivo para culturas que, por sua natureza, requeiram o uso mais intensivo de mão de obra. Nos estritos campos de sua atuação, os produtos desse subsetor podem possuir um alto valor agregado com vistas, até, à sua exportação, como ocorre em vários países exportadores de alimentos de alto valor. Além disso, esse setor pode ser um expoente em inovação, aumentando mais ainda sua contribuição para o crescimento econômico.*

- Apoio à implantação de plataformas de inovação

*Nos dias atuais, não dá para assegurar competitividade da economia e espaços de comercialização de bens de alto valor agregado sem a decidida e apoiada contribuição dos centros de pesquisa e dos respectivos esforços em inovação. Esses esforços não requerem apenas recursos financeiros, muitas vezes a fundo perdido, mas também a sua inserção em redes nacionais e internacionais, com a devida articulação com o governo e o setor privado. As plataformas de inovação constituem uma estratégia já internacionalmente consagrada, de cuja experiência o Estado, como política governamental central, haverá de se beneficiar. Elas podem, por sua vez, se tornar objeto de relevante investimento privado.*

- Política de investimento em cidades novas

*A atração de investimentos não requerem apenas projetos, facilitações e financiamento. Tais investimentos estruturantes trarão consigo capital intelectual que via de regra exige condições de vida condizentes com necessidades e hábitos de camadas de maior capacidade intelectual e renda. A distribuição mais equitativa dos motores de crescimento implica, então também, na distribuição mais igual de centros urbanos atrativos para esse capital intelectual. Levando em consideração a baixa densidade de centros desse nível no Estado do Tocantins, torna-se imperativo a implantação de projetos de ampliação dos principais polos, por meio de iniciativas do setor privado, devidamente apoiadas pelos municípios e pelo Governo do Estado. Tais iniciativas, além de se converterem em mais um atrativo para investimento e, portanto, do crescimento, deverão garantir qualidade inédita de ambientes urbanos, na medida em que integrem o melhor que o investimento privado possa introduzir.*



- Integração da oferta de infraestruturas urbanas por meio de parcerias público-privadas

*Paralelamente à implantação de novos centros, colados aos existentes, as infraestruturas urbanas desses últimos requerem permanentemente complementação, ampliação e modernização. Muito dos serviços de infraestrutura estão no campo de responsabilidade do poder estadual; outros, dos municípios. Contudo, sua oferta esfacelada por diversos órgãos e empresas produz ineficiência econômica, que prejudicam a operação e o próprio investimento nas infraestruturas. O Programa do Governo inovará nesse campo, ao desenvolver, junto à iniciativa privada, novos modelos institucionais de organização integrada da oferta, garantindo-se a cobertura mais plena das necessidades coletivas em condições de qualidade e eficiência.*

- Apoio a projetos urbanos municipais

*Cidadãs e cidadãos têm no município a principal instância de cobrança de serviços, de investimentos públicos e de políticas de apoio às atividades familiares e econômicas, assim como de sua própria identificação e atuação cívicas. Contudo, muitos dos municípios não possuem ainda condições técnicas para o atendimento das necessidades coletivas sob sua responsabilidade. Mesmo em pleno respeito às competências que a Constituição reservou aos municípios, o governo estadual não pode ficar de braços cruzados frente às deficiências da Administração desses. O governo estadual pode e deve desenvolver o empoderamento dos municípios contidos no território estadual, mediante apoio técnico e cursos de capacitação para a realização das obrigações dos governos municipais, a começar com a elaboração de planos municipais, com a modernização da gestão, com a elaboração de projetos e com a procura de recursos financeiros correspondentes. Mais uma vez, trata-se de um esforço que o governo estadual haverá de contar com a cooperação com organizações empresariais e da sociedade, além das agências de fomento nacionais e internacionais*

## EIXO 1 – Desenvolvimento Humano

Não há economia forte sem ser humano valorizado, sem famílias fortalecidas para produzirem pessoas capazes de desenvolver plenamente seus potenciais para agregar valor à sociedade e à economia. O pleno usufruto da liberdade pressupõe, portanto, que as cidadãs e os cidadãos sejam empoderados intelectual, econômico e politicamente para desenvolverem e efetivarem projetos de vida agregadores de valor. Esse é o verdadeiro conteúdo do desenvolvimento humano, o primeiro eixo do programa.

É óbvio que o ser humano não pode desenvolver seus potenciais ignorando as condições que o ambiente natural estabelece. Essa ignorância aumenta os riscos não só sobre a produção, mas também sobre as vidas das pessoas. Todos nós dependemos dos recursos da natureza que, muitas vezes, são reduzidos pela ação humana descuidada e imprudente.

Todas essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento da capacidade humana e precisam ser tratadas de forma integrada, com foco em resultados finalísticos.

Nesse âmbito, o programa contém seis pontos:

### **Plano Estratégico Integrado e Participativo dos Setores da Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer**

Será instituído um grupo de trabalho que deverá, em estreita cooperação com organizações da sociedade, definir para esses setores indicadores e metas que representem a visão e os objetivos a serem atingidos, assim como os investimentos e as ações a serem realizadas.

O Governo apoiará iniciativas da sociedade e dos órgãos públicos no sentido de cumprir com os objetivos estabelecidos de forma inovadora e integrada, superando o atendimento fragmentado, incompleto e ineficiente das necessidades coletivas.

### **Apoio a programas educacionais promotores do empreendedorismo**

Um campo mais urgente que exige ações imediatas é a educação empreendedora, que gere atitudes e habilidades, além de prover os conhecimentos para que a cidadã e o cidadão possam desenvolver seus projetos de vida, profissionais e empresariais com foco nas necessidades da sociedade.

Contudo, não basta educar e suprir conhecimento: é igualmente essencial que o cidadão consolide seu direito a empreender. Além disso, os empreendimentos devem usufruir de acesso a diversas inovações nos planos gerencial e tecnológico.

Muitas iniciativas partem de organizações da sociedade, mas também das próprias instituições públicas, que merecem e terão o apoio do Governo.

Assim sendo, o Programa será constituído pelas seguintes ações:

- Elaborar um programa de educação empreendedora curricular e extracurricular em cooperação com organizações da sociedade.
- Apoiar a legalização e gestão de pequenas e médias empresas com foco especial nas comunidades de baixa renda.

- Promover os empreendimentos de pequeno e médio porte através de investimento em inovação e tecnologia

### **Programa de apoio à vida familiar, com foco nas famílias de baixa renda e em situação de risco**

Partindo da constatação de que vivemos em uma sociedade ainda muito desigual, um esforço especial tem de ser realizado para tirar famílias da situação de pobreza e do risco legal.

O Programa é avançada nas seguintes ações:

- Análise da situação de bolsões de pobreza já reconhecidos, e as respectivas carências;
- Avaliação e adequação das políticas de transferência social, com vistas a identificar as famílias efetivamente carentes e centrar nessas a cobertura das transferências;
- Adoção de ação específica para a juventude em situação de risco legal a ser elaborado e executado em cooperação com organizações da sociedade.

### **Atualização e complementação do zoneamento ambiental**

A premência crescente dos riscos hídricos e também dos processos erosivos (da água e do vento) requer seguintes eixos de ação:

- Conclusão e atualização do zoneamento ambiental, em cooperação com organizações da sociedade, para que o mesmo consiga efetivamente gerenciar os riscos, sem afetar negativamente a produção;
- Modernização dos procedimentos de monitoramento e de controle do zoneamento e dos riscos ambientais.

### **Programa de segurança dos recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas**

A segurança ambiental pressupõe uma avaliação objetiva dos principais riscos ao fornecimento de recursos naturais, com especial foco nos recursos hídricos, nas condições microclimáticas, de solo e nos processos de erosão e adequação da respectiva legislação. O programa conterà seguintes eixos de ação:

- Diagnóstico dos riscos ambientais;
- Adoção de programa de resiliência do ambiente humano e natural às mudanças climáticas, em cooperação com organizações da sociedade;
- Adoção de programa de adequação e modernização dos serviços de defesa civil e dos procedimentos de gestão de desastres.

### **Programa de apoio à oferta de serviços ambientais por empresas, organizações não governamentais e organismos internacionais**

Uma política ambiental efetiva não consiste apenas de regulamentação, controle e sanções. Diversas atividades que assegurem a segurança ambiental possuem valor econômico capaz de gerar oportunidades de negócio. Assistência a ações de licenciamento, exames laboratoriais, gestão florestal, inovações ambientais e até o ecoturismo abrem portas cada vez mais largas para empreendedores que queiram dedicar sua vida profissional à proteção ambiental.

Nesse sentido, o programa conterà os seguintes eixos de ação:

- Instituição de procedimentos para a contratação de serviços ambientais junto a organismos nacionais e internacionais;

- Ações de apoio à montagem de empreendimentos ambientais e ambientalmente sustentáveis, assim como a seu desenvolvimento tecnológico e seu financiamento.

## EIXO 2 – Estado articulador, transparente, justo e seguro

Os eventos mais recentes de corrupção e demonstração de incapacidade gerencial e financeira do Estado vêm provocando desânimo e descrédito entre cidadãos e cidadãs. A vida política e as próprias instituições do Estado são conclamadas a se regenerarem urgentemente, sob risco de graves danos ao Estado de Direito arduamente conquistado.

Além da recuperação das condições de moralidade pública, é necessário que as ações do Estado sejam efetivas em resolver os principais problemas da sociedade sem onerar a sociedade com situações de falência.

As limitações gerenciais e financeiras, assim como o progressivo desenvolvimento de capacidades no seio das organizações empresariais e não empresariais da sociedade, ampliadas graças às inovações tecnológicas e gerenciais, abrem espaço para que o Estado seja desanuviado do excesso de encargos que produzem risco ao seu equilíbrio fiscal e financeiro.

Desta maneira, ele poderá se concentrar, como se fosse o maestro, em articular as forças da sociedade no alcance de metas definidas em um planejamento consistente e participativo. Esse planejamento deve levar à definição de ações e investimentos mais efetivos e integrados, assim como à sua realização concreta.

Uma outra função que os cidadãos delegam ao Estado é que ele sirva de instância de segurança e Justiça. Atender as aspirações civilizatórias como igualdade de direitos e oportunidades, harmonia social, redução da violência e de outros riscos existenciais é a razão mais essencial de ser do próprio Estado.

Nesse âmbito, o programa contém seguintes 6 pontos:

### **Programa de controle financeiro transparente e aberto à sociedade**

O combate efetivo à corrupção inicia-se com a prevenção. O desenvolvimento de sistemas de inteligência e controle sobre os recursos públicos, abertos à sociedade, são um primeiro passo de desencorajamento de tentações de malfeitos, eis que o risco de descoberta e a devida sanção passam a ser elevados. Internacionalmente, técnicas de Governança Aberta (*Open Governance*) vêm ajudando a controlar desvios e desencorajá-los, um passo essencial para a redução da corrupção.

Embora avanços tenham sido realizados principalmente no campo da informatização das ações públicas e do controle fiscal, ações de ampliação e modernização dos sistemas são necessários.

Nesse sentido, seguintes ações são contidas no programa:

- Adequação do sistema de controle financeiro e fiscal ao estado da arte, ou seja, ao que há de mais atual em termos de desenvolvimento tecnológico, com adoção dos métodos de governança aberta (*Open Governance*);
- Com vistas a garantir o bom uso dos recursos do contribuinte e permitir a avaliação dos benefícios e custos produzidos, adoção de um sistema de avaliação dos impactos econômicos e fiscais das diversas ações do setor público;
- Visando fazer voltar a gestão dos recursos públicos ao cumprimento das normas de responsabilidade, readequação dos gastos públicos, especialmente com relação à folha de pagamento, garantindo, todavia, os programas e projetos em curso de relevante interesse coletivo e com situação legalizada.

### **Incentivo à participação e propostas da sociedade**



O Estado contemporâneo deve estar cada vez mais aberto, a que as soluções dos problemas que afligem a sociedade provenham dela mesma. Uma visão do Estado como articulador, encorajador e facilitador das iniciativas das organizações sociais e das empresas melhoram as perspectivas de as políticas alcançarem seus objetivos finais, tornando mais eficientes os investimentos e as despesas do Governo, além de aprofundar a vida democrática.

Nesse campo serão efetuadas as seguintes ações:

- Realização de concursos de ideias para ações estratégicas;
- Elaboração e adoção de uma legislação estadual de procedimentos de manifestação de interesse (PMI), onde agentes externos ao Governo possam apresentar propostas originais e criativas para a solução de problemas da sociedade;
- Ampliação e modernização dos canais de discussão comunitária dos problemas da sociedade e das políticas do governo em redes sociais;
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de audiência pública, em espaços físicos e virtuais.

### **Programa de segurança comunitária**

Embora caibam às forças policiais a vigilância e perseguição de atos criminosos, a experiência internacional de países exitosos no campo da segurança pública mostra que a efetiva cooperação da comunidade com essas forças é indispensável para a obtenção de resultados positivos. Portanto, a segurança pública só será efetiva se obedecer aos princípios da segurança comunitária.

O respectivo programa conterà seguintes ações:

- Aperfeiçoamento de dispositivos de vigilância, informação e inteligência de segurança pública;

- Promoção junto às comunidades de iniciativas de segurança comunitária
- Cursos de capacitação das forças de ordem.

### **Adoção do planejamento territorial estadual e microrregional**

As ações do Estado e da sociedade realizam-se no território. É essencial que esse espaço seja adequadamente ordenado e planejado para alcançar o todo.

É o planejamento territorial do Estado, realizado em escala estadual e microrregional que permitirá a racionalidade espacial, o bom uso dos recursos econômicos e a concepção de uma rede de infraestruturas adequada e generalizada.

As ações nesse campo consistirão de:

- Levantamento dos projetos existentes e das ações em curso, dos setores público e privado;
- Avaliação de lacunas e deficiências locais;
- Avaliação e adequação da demarcação de territórios de planejamento para fins de regionalização do mesmo;
- Consolidação dos procedimentos de participação da sociedade no planejamento estratégico, com o desenvolvimento de espaços nas redes sociais e da realização de eventos de discussão e participação nas decisões;
- Preparação da elaboração de planos territoriais estratégicos, em nível estadual e microrregional, que nortearão as ações dos próximos governos, sendo eles revistos a cada dez anos.

### **Programa de investimentos estratégicos fiscalmente sustentáveis**

Qualquer planejamento só é efetivo se dele resultarem ações e investimentos concretos, ou seja, se o plano “sair do papel”. Portanto, a partir dos planos territoriais microrregionais e estadual sairão finalmente os programas de investimento para os diversos setores e regiões. Caberá a esses programas contemplar a continuidade dos

projetos existentes e trazer à realidade os projetos solicitados e sugeridos pela sociedade.

Uma das condições para se obter um planejamento efetivo e uma racionalidade das ações públicas é que os programas setoriais consigam se comunicar entre si e que eles integrem as ações prioritárias dos diversos setores com vistas a se darem a mão na obtenção dos resultados almejados pela sociedade.

Uma outra condição essencial que os projetos e os programas devem atender é que sejam otimizados seus efeitos de crescimento na sociedade, portanto de geração de renda ao longo das redes de empreendimentos neles inseridos. Isso é importante também para assegurar que os investimentos, pagos pelo contribuinte, aumentem a arrecadação e contribuam para o equilíbrio das contas públicas. Evita-se, com isso, que o contribuinte seja penalizado por projetos pobres de resultados na economia, trazendo o risco de ver impostos aumentados ou os serviços do governo diminuídos.

Isso posto, as ações desse programa consistirão de:

- Consolidação dos planos e programas setoriais e análise das relações e implicações mútuas;
- Desenvolvimento de programas superordenados de articulação e de procedimentos institucionais, com vistas a obter eficiências sistêmicas do conjunto das ações setoriais;
- Realização de procedimentos de manifestação de interesse com vistas à elaboração de soluções inovadoras de integração das ações setoriais e da contratação da execução de projetos conjugados.

### **Programa de atração de investimento privado**

O crescimento econômico se inicia com projetos de ação e investimento, projetos esses que darão vida aos recursos e oportunidades para os diversos agentes e famílias. É daí que se produzirão as riquezas a serem distribuídas, para que elas possam contribuir para a satisfação das necessidades da sociedade e também para que os agentes e as famílias atinjam novos patamares na sua capacidade de realização.

Para que tal ciclo de crescimento se inicie é essencial que detentores de projetos e financiadores consigam se encontrar para fazer a roda do crescimento girar.

Nesse campo, caberá ao governo levantar, consolidar e apresentar a entidades financeiras nacionais e internacionais, públicas e privadas, os projetos constantes dos programas estratégicos de investimento.

Devemos lembrar que o mundo das finanças não padece de recursos financeiros, e sim de boas oportunidades de investimento. E que capacidade de desenvolver e apresentar projetos é um dos principais fatores de estagnação econômica de uma sociedade.

Por fim, o Estado tem apoiado o investimento privado por meio de incentivos fiscais. Mas nem sempre esses incentivos produzem os efeitos almejados, levando a uma perda líquida de arrecadação, sem ganhos suficientes para a sociedade.

Considerando essas observações, o programa de atração conterà as seguintes ações:

- Realização de eventos de promoção dos projetos constantes no programa, para chamar atenção da comunidade financeira das grandes oportunidades de investimento que se abrem no Estado do Tocantins;
- Ações estratégicas para com agências de fomento nacionais (BNDES, BASA, BB, CEF, etc.) e internacionais (BID, CAF, BIRD, etc.) com vistas a melhorar a capacidade do governo e da sociedade de elaborar projetos e de consolidar programas de investimento;
- Revisão e aperfeiçoamento dos mecanismos de fomento fiscal de investimentos.

## EIXO 3 – Desenvolvimento Econômico

As aspirações da redução de emprego, de melhoria da renda e da qualidade de vida, com um conseqüente aumento do nível do consumo, dependem do aumento da capacidade produtiva do Estado do Tocantins. Evidentemente, esse aumento não pode ficar concentrado em extratos limitados e em regiões mais desenvolvidas.

Uma política de desenvolvimento deve promover o investimento produtivo, mas cuidar que diversas regiões e camadas da sociedade tenham sua chance.

Uma condição central é a melhor distribuição das infraestruturas e de acesso a serviços públicos em todas regiões do território estadual. Igualmente, é essencial que essas se industrializem e afirmem sua competitividade.

Hoje em dia, essa industrialização depende em grande medida da região promover iniciativas de inovação. A inovação, por sua vez, não pode ficar concentrada em grandes empreendimentos. É essencial que ela também avance nas pequenas e médias empresas, inclusive na agricultura familiar.

Levando em consideração essas diretrizes, o programa de governo contém as seguintes ações:

### **Política de industrialização a partir de agrupamentos produtivos locais**

A partir de um mapeamento de potenciais agroindustriais e de planos de investimento produtivo em cada região nas microrregiões será adotado um programa de apoio à formação de aglomerações produtivas locais.

Outra ação que dirá respeito ao apoio técnico e à busca de fontes de financiamento, ação essa a ser desenhada e gerida em cooperação com entidades da sociedade.

### **Apoio à agricultura familiar, à respectiva agregação de valor e comercialização**

A agricultura familiar possui um papel importante na produção não apenas de alimentos, mas também na de matérias primas renováveis. Em diversos países, essa agricultura é ativa na exportação de bens alimentícios de alto valor.

Nesse campo, estão previstas as seguintes ações:

- Capacitação de agricultores familiares, incluindo o apoio a iniciativas de inovação, por meio de intensa cooperação com o setor empresarial e com entidades da sociedade;
- Apoio técnico ao suprimento de insumos, à comercialização dos produtos, inclusive no âmbito internacional, para o aumento da competitividade e à agregação de valor;
- Aquisições governamentais de produtos da agricultura familiar, especialmente para a alimentação escolar e hospitalar.

### **Programa de apoio à implantação de plataformas de inovação**

A inovação é o grande motor da economia contemporânea, devendo constar nos programas de industrialização. Nesse ponto, o plano de governo inclui inicialmente a adoção de um plano estratégico de inovação para o Estado, em cooperação com universidades, centros de pesquisa e iniciativa privada. A partir das iniciativas de inovação, o governo apoiará sua consolidação em plataformas de inovação no Estado.

No âmbito da agroindústria, a bioquímica a partir da produção agrícola consolidada fornece um grande espaço de oportunidades para a industrialização, e contará com programa específico de apoio.

Nesse âmbito, o papel da FAPTO será reforçado, mediante a adequação dos mecanismos de fomento à pesquisa e inovação e dos procedimentos dessa fundação.

### **Política de investimento em cidades novas**

A atração de investimento depende em larga escala se a região possui polos urbanos com serviços necessários para a realização de negócios e para a própria residência de seus gerentes e quadros. Uma política de

apoio ao desenvolvimento dos polos microrregionais, em conformidade com as diretrizes do respectivo plano de desenvolvimento territorial microrregional, deverá ajudar os municípios a consolidarem a estrutura urbana e aumentar a capacidade dos polos de atraírem investimento industrial.

Um programa especial visará apoiar iniciativas de investimentos integrados em desenvolvimento urbano em conformidade com os planos municipais, por parte do setor privado.

### **Capacitação da gestão municipal**

Embora o desenvolvimento urbano seja de competência constitucional dos municípios, o estado não está excluído e isento de apoiar os municípios para que esses possam aperfeiçoar seu planejamento e sua gestão.

Nesse campo, um programa cuidará da capacitação dos gestores municipais para o planejamento e elaboração de programas de investimento. Esse programa apoiará igualmente as prefeituras para elaborarem programas integrados de infraestrutura urbana e para aperfeiçoarem os procedimentos contratação administrativa de serviços e obras públicas, assim como de monitoramento e controle de serviços e obras públicas.

### **Apoio a projetos urbanos municipais**

Para municípios que já contem com uma capacidade de planejamento e elaboração de projetos, será adotado um programa de apoio para fins de articulação das prefeituras com órgãos estaduais, nacionais e internacionais de fomento e com investidores do setor privado. Esse programa de apoio a projetos incluirá a construção de um banco de dados de projetos municipais.

**QUANDO AS COISAS  
NÃO FIZEREM MAIS SENTIDO,  
NÃO TENHA MEDO DE  
TROCAR O ROTEIRO.**

**VOCÊ SÓ DESCOBRE  
NOVOS CAMINHOS  
QUANDO MUDA A DIREÇÃO.**

*Elidio Zavala*